

Secretário Energia S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	80	49
Contas a receber		36	-
Créditos diversos	4	32	118
Total do ativo circulante		<u>148</u>	<u>167</u>
Não circulante			
Imobilizado líquido	5	21.027	13.235
Total do ativo não circulante		<u>21.027</u>	<u>13.235</u>
Total do ativo		<u>21.175</u>	<u>13.402</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Secretário Energia S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	1.365	379
Fornecedores nacionais	6	137	613
Obrigações sociais e trabalhistas	7	-	287
Impostos a recolher	8	15	12
Outras obrigações		5	5
Total do passivo circulante		<u>1.522</u>	<u>1.296</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	9.075	5.258
Total do passivo não circulante		<u>9.075</u>	<u>5.258</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	10.1	415	415
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.2	10.324	6.569
Prejuízos acumulados		(161)	(136)
Total do patrimônio líquido		<u>10.578</u>	<u>6.848</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>21.175</u>	<u>13.402</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Secretário Energia S/A

Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de vendas	11	407	-
Custo da energia vendida			
Materiais		(63)	-
Serviços de terceiros		(191)	-
Encargos de uso da rede elétrica		(27)	-
Outros		(3)	-
		(284)	-
Lucro operacional		123	-
Receitas/ (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(30)	(24)
Depreciação e amortização		(2)	(2)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		91	(26)
Resultado financeiro líquido	12	(105)	(102)
Prejuízo antes das provisões tributárias		(14)	(128)
Imposto de renda		(5)	(1)
Contribuição social		(6)	(1)
Prejuízo líquido do exercício		(25)	(130)
Quantidade de ações		488.254	488.254
Resultado por ação, em reais		(0,0512)	(0,2663)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Secretário Energia S/A

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo líquido do exercício	(25)	(130)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(25)</u>	<u>(130)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Secretário Energia S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	(-) A integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	488	(73)	861	(6)	1.270
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	5.708	-	5.708
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(130)	(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>488</u>	<u>(73)</u>	<u>6.569</u>	<u>(136)</u>	<u>6.848</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	3.755	-	3.755
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(25)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>488</u>	<u>(73)</u>	<u>10.324</u>	<u>(161)</u>	<u>10.578</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Secretário Energia S/A

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado as atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(25)	(130)
Encargos de empréstimos e financiamentos	105	102
Depreciação e amortização	2	2
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/ Redução de contas a receber	(36)	-
(Aumento)/ Redução de créditos diversos	86	(96)
Aumento/ (Redução) de fornecedores	(476)	540
Aumento/ (Redução) em obrigações trabalhistas	(287)	230
Aumento/ (Redução) em impostos a recolher	3	12
Aumento/ (Redução) em outras contas a pagar	-	1
Caixa líquido das atividades operacionais	(628)	661
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(7.794)	(11.855)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(7.794)	(11.855)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.755	5.708
Captação de empréstimos e financiamentos	5.018	5.535
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros e principal)	(320)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	8.453	11.243
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	31	49
Caixa no início do exercício	49	-
Caixa no final do exercício	80	49
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	31	49

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Secretário Energia S.A., (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, localizada na Rua Peru, nº 75, Sala 31, Sion, e foi constituída em 26 de janeiro de 2015 e seu prazo é indeterminado.

A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Fagundes (Estado do Rio de Janeiro) através de regime de autorização concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Portaria nº 531, datada do dia 23 de novembro de 2015. A respectiva autorização vigorará pelo prazo de 35 anos.

A usina encontra-se em fase final de obras. A obra teve início em março de 2017, com previsão inicial de finalização em fevereiro de 2018. Contudo o projeto foi ajustado visando a mudança do traçado do conduto forçado e, portanto, o cronograma foi ajustado para finalização no segundo semestre de 2018. Durante os testes, verificou-se problemas de fabricação nas 3 turbinas fornecidas pela WEG, estando atualmente em tratativas para saneamento por parte desse fornecedor.

A usina conta com uma potência instalada de 2,68 MW, e energia e garantia física de 1,40 MW. Desta garantia física 1,20MW médios foram vendidos no 21º Leilão de Energia Nova (A-5) da ANEEL de 30 de abril de 2015, com início do suprimento em 1º de janeiro de 2020 e fim do suprimento em 31 de dezembro de 2049.

O investimento previsto para construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) era de aproximadamente R\$ 17 milhões. Com a alteração do traçado do conduto forçado, o total foi de R\$ 18,9 milhões. Havia R\$ 980 mil de aquisições de terras, projetos e estudos anteriores a construção e, foram incorporados R\$ 1,1 milhões de juros pagos referentes ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 30 de abril de 2019.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes até 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem prazos de depreciação do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação.

2.2. Moeda funcional das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de "Reais", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu

valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado, em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado; (ii) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do patrimônio líquido; e (iii) ativo e passivo financeiro avaliado ao custo amortizado.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão para atendimento as normas regulatórias.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando forem prováveis que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

2.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

2.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data de vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os custos de financiamentos diretamente relacionados a construção da PCH, durante a fase de construção, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Provisões diversas

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A provisão para demandas judiciais, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis, e está registrada de acordo com a avaliação de riscos (Perdas prováveis) efetuada pelos consultores jurídicos da Administração da Companhia, inclusive quanto à sua classificação no Passivo não circulante.

2.11. Reconhecimento da receita

Venda de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção do IFRS 15-CPC47 e concluiu que não há mudança de política contábil pela adoção da norma.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente ao limite de R\$ 240 por ano, e contribuição social calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável é calculado como uma porcentagem da receita bruta, independentemente da quantidade e natureza dos custos e despesas, pelo método conhecido como "lucro presumido". Por causa dos mecanismos de tal método, todas as diferenças temporárias são consideradas diferenças permanentes.

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações operacionais da Sociedade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento.

- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos.
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

2.14. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor

A partir de 1º de janeiro de 2019, entra em vigor o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (Correlação ao IFRS 16). Os ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente e registrados no ativo como bens de direito de uso e no passivo como obrigações de arrendamento mercantil. Os bens arrendados serão depreciados pelo método linear, considerando o prazo do arrendamento ou pela vida útil do ativo, sendo a escolha pelo menor período.

A partir de 1º de janeiro de 2019, entra em vigor a ICPC 11 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (Correlação ao IFRIC 23).

A Administração não adotou antecipadamente as normas mencionadas e ainda está avaliando os impactos dessa adoção com o objetivo de estimar os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	-	1
Bancos	1	48
Aplicações financeiras	79	-
Total	80	49

4. Créditos diversos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Fornecedores	32	118

5. Imobilizado líquido

Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido 31/12/2018	Imobilizado líquido 31/12/2017
Terrenos	-	403	-	403	403
Reservatório, barragens e adutoras	-	319	-	319	21
Máquinas e equipamentos	2 a 5,9%	19	(1)	18	17
Móveis e utensílios	10	13	(2)	11	12
Gastos a ratear	-	19.869	-	19.869	12.405
Sistema de transmissão de conexão	-	407	-	407	377
		21.030	(3)	21.027	13.235

5.1. Movimentação do imobilizado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	13.235	1.382
(+) Adições	7.794	11.854
(-) Depreciação do exercício	(2)	(1)
Saldo final	21.027	13.235

O ativo imobilizado é composto por aquisição de terrenos, incluindo gastos com regularizações e taxas, bem como gastos com construções em andamento, tais como projetos, mão de obra, material de construção, dentre outros. Os gastos com construção em andamento estão apresentados no grupo de "Gastos a ratear". Após a finalização da obra, os mesmos serão reclassificados entre imobilizações com "Reservatório, barragem e adutoras" e "Edificações, obras civis e benfeitorias".

6. Fornecedores nacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	137	613

7. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar e encargos	-	154
Provisão de férias e encargos	-	133
Total	-	287

8. Impostos a recolher

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ	3	-
CSLL	3	-
PIS a recolher	1	-
COFINS a recolher	3	-
Imposto de renda retido na fonte	-	2
INSS retido na fonte	3	6
Imposto sobre serviços retido na fonte	2	3
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	-	1
Total	15	12

9. Empréstimos e financiamentos

Em 2017, a Companhia firmou contratos de financiamentos mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual efetuou a liberação conforme tabela abaixo:

Modalidade	Encargos	31/12/2018	31/12/2017
Finame	6% a.a.	10.440	5.637
		10.440	5.637
Circulante		1.365	379
Não circulante		9.075	5.258

A parcela do não circulante em 31 de dezembro de 2018 tem os seguintes vencimentos por ano:

Ano	Valor
2020	1.238
2021	1.238
2022	1.238
2023	1.238
2024	1.237
2025	1.237
2026	1.237
2027	412
Total	9.075

Para este contrato a Companhia possui cláusulas restritivas (“Covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiras, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$ 488.254, dividido em 488.254 ações nominativas, sendo 415.016 ações ordinárias e 73.238 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Desse montante, R\$ 415.151 estão totalmente integralizadas e o restante deve ser integralizado pela Fagundes Energia e Participações Ltda., em bens, créditos ou moeda corrente nacional.

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações	% de participação
América Geração S.A.	415.016	-	415.016	85
Fagundes Energia e Participações S.A.	-	73.238	73.238	15
Total	415.016	73.238	488.254	100

10.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a aportes realizados com intenção de equilíbrio de fluxo de caixa, que foram utilizados para os gastos em andamento da construção da usina.

Saldo de aportes efetuados pela acionista América Geração S.A., que serão convertidos em aumento de capital até 31 de dezembro de 2019.

10.3. Destinação do lucro

Do lucro líquido apurado, aplicar-se-ão, compulsoriamente: i) 5% para constituição de reserva legal, até que se atinga 20% do capital social; ii) 25% de dividendos mínimos obrigatórios; iii) saldo remanescente terá a destinação determinada em assembleia geral.

11. Receita líquida de vendas

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta de Vendas	415	-
Impostos sobre vendas	(8)	-
Receita líquida	407	-

12. Resultado financeiro


	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre empréstimos	(105)	(102)

13. Provisão para demandas judiciais

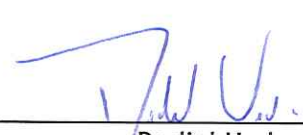
Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não era parte em processos judiciais ou administrativos, conforme informações dos assessores jurídicos.

14. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha qualquer operação envolvendo derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, quando aplicável, aproximando-se dos respectivos valores de mercado.



Andrew Frank Storfer
 Diretor
 CPF: 010.515.298-67



Dediel Ueda
 Contador
 CRC- 1SP-272632/O-0